

CONFERÊNCIA

A CADEIRA DE HISTÓRIA ROMANA NO COLÉGIO DE FRANÇA (*)

Senhor Administrador,
Meus caros colegas,
Minhas senhoras, meus senhores.

Em uma Casa onde é ciosamente aplicado o princípio da adaptação do ensino à pesquisa pura e o da comunicação direta ao público dos resultados obtidos pelo especialista, a tal ponto que não é raro que a denominação de uma cadeira desapareça com o seu titular, a manutenção pura e simples de uma cátedra de “civilização romana” pede, talvez, uma justificação. Concedendo-me a honra de me elegerem para ocupá-la, vós, caros Colegas, virtualmente me encarregaram da sua “apologia”. Mas sabe-se que a única justificação verdadeira que cabe aqui é a prova dada ao final de uma carreira, feita tanto por publicações como por cursos, conseguida levando-se a bom termo uma pesquisa original, obtida com um avanço positivo dos nossos conhecimentos. E’ sòmente o primeiro programa de um tal esforço que eu posso, hoje, esboçar diante de vós; não creio, entretanto, trair nem o espírito do Colégio de França nem a intenção dos que tiveram a benevolência de me indicarem, assinalando, não menos nitidamente, nesse programa a parte dos elementos que prolongarão as pesquisas dos antigos mestres.

Há ainda três decênios as antigüidades romanas estavam representadas aqui pela magistral ciência epigráfica de René Cagnat: mesmo entre os jovens, que pela própria razão de sua juventude não tiveram a oportunidade de serem seus alunos, quantos dependem ou, dizendo melhor, descendem do mestre! Paralelamente, as grandes províncias romanas cujas prospecções couberam à França — a Gália e a África do Norte — tiveram seus ilustres titulares. Esses patriarcas desapareceram e depois dêles, e com mais forte

(*) . — Aula inaugural proferida pelo Professor Jean Gagé no Colégio de França em 8 de dezembro de 1955. E’ com grande satisfação que a *Revista de História* estampa esta aula inaugural de um dos mais notáveis professores que já passou pela Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo e de quem tivemos a honra de ser assistente (*Nota de E. Simões de Paula*).

razão depois da recente aposentadoria de Albert Grenier, continuador direto de Camille Jullian e que foi tão benevolente para comigo quando iniciava minha carreira em Estrasburgo, o nome de Roma — não se levando em conta a cadeira de literatura latina — só é lembrado nesta Casa pela cadeira de civilização romana, cadeira em que Eugène Albertini foi o herdeiro simultâneo de Cagnat e Gsell e que acaba de ser abandonada pelo seu sucessor, André Piganiol. Acredito que em lhe conservando uma vez ainda o seu título geral, pretendeis não apenas reconhecer a utilidade sempre presente de uma disciplina, que uma tradição longa e de certo modo clássica não conseguiu roubar vitalidade nem possibilidades de renovação, como também dar a entender que depois da constituição de cada uma das suas, assim chamadas, ciências auxiliares em técnicas rigorosas — epigrafia, numismática, arqueologia etc. — e pela própria razão da sua constituição quase acabada, que aquilo que esperais do esforço científico que eu tento prolongar é projetar e definir o mais exatamente possível através do tempo — oito séculos ininterruptos de história — e através do espaço — todo o mundo mediterrâneo e a Europa ocidental — os vestígios do que foi romano.

As responsabilidades inerentes a esta cadeira e o próprio espírito das pesquisas a respeito da Antigüidade desde há um bom século protegem qualquer um do perigo das ilusões patrióticas extremadas: no domínio da história romana bem como no da grega podem existir hegemonias temporárias que fovearem uma nação, mas existe uma igualdade de princípios entre todos os países e entre todos os pesquisadores. Entre nós, o melhor livro a respeito de um problema tanto pode ser alemão como inglês ou italiano ou francês — e estou mencionando línguas apenas porque inúmeros ruditos de diversas origens adotaram uma das citadas para serem lidos mais facilmente. Os Congressos que nos reunem promulgam leis internacionais de um valor invejável e que raramente são desrespeitadas; e as relações pessoais e as viagens multiplicam os contactos diretos, que constituem obrigação de todos os especialistas. Talvez seja possível, sem exageros nacionalistas, reconhecer nesta obra coletiva a contribuição de uma “escola” francesa. Os atuais chefes de uma tal Escola permanecem, felizmente, ao nosso lado e continuam ativos. Ainda que Jérôme Carcopino nunca tenha pertencido a esta Casa é, para mim, um simples dever de gratidão recordar o quanto devo aos ensinamentos desse mestre, logicamente prolongados pela clareza dos anais romanos.

Eu conheci, respeitei e admirei Eugène Albertini e, estando longe daqui quando do seu desaparecimento, escrevi seu necrológio

num jornal do Brasil, país em que êle ministrou cursos. Para fazer reviver a imagem dêsse mestre, creio que é necessário evocá-lo em função de um dêsses países mediterrâneos em que êle se dava tão bem, onde êle era êle-próprio, em particular em função da Argélia, onde a sua ciência sóbria e clara guiava os principiantes e, do museu ao restaurante, banhava o seu interlocutor de uma latinidade digna do aticismo. Catorze anos depois de sua morte, eis que o seu nome surge com notoriedade por meio das publicações que nos veêm de Argel, trazendo contribuições para a compreensão do Baixo-Império Romano, mercê dos curiosos dados revelados pelas *Tlabettes vandales*, que êle foi o primeiro a identificar e traduzir.

Não tive a oportunidade de ser, no sentido restrito da palavra, aluno de André Piganiol, mas nos meus trabalhos tropeço a cada passo com sugestões dos seus livros ou dos seus artigos que penso não o ofenderia se declarasse que a influência que dêle soufri deve ser compreendida no sentido de uma filiação científica. E' a segunda vez em minha carreira — a primeira foi em Estrasburgo — que tenho a honra de ser o seu sucessor: e eu o faço com gratidão e seriedade, sabendo que essa herança significa profunda experiência histórica, rara perspicácia, exatidão exigente e, portanto, sempre novas apreciações. Como poderia eu esquecer neste momento o quanto devo à benevolência do grande belga que foi Franz Cumont e, sem tê-lo conhecido pessoalmente como muitos dos meus companheiros de História Antiga, como esquecer as vigorosas sugestões recebidas de longe de um Michel Rostovtzeff?

Ocorreu-me de início defender diante de vós os títulos de uma "civilização romana" e o valor que continua a apresentar a sua história sôbre o plano científico, mas, penso que não esperais de mim uma defesa em regra. A questão para nós especialistas, e também para os que se dedicam a disciplinas afins, é saber se existe nessa civilização, além do fator lingüístico de união — a língua latina — uma originalidade e uma especificidade suficiente para justificar que os seus estudiosos continuem tendo um objeto e um método de estudos próprios. A unidade dessa cultura foi certamente impressionante; tomando posse desta cátedra em 1942, André Piganiol a ressaltou bastante, propondo-se a mostrar em seus cursos como essa unidade foi conseguida e, sobretudo, como ela desapareceu. Êle não temia denunciar as suas fraquezas e revezes da mesma forma que não temia enumerar as suas conquistas:

"A unidade, dizia êle, é a paixão do Império Romano. Paixão destrutiva que abolia todos os outros centros de cultura que pretendessem ser autônomos, mesmo que

não constituíssem ameaça para Roma. Paixão construtiva que ambiciona acolher os homens de tóda a terra no seio de uma capital mundial”.

Desde há uma geração, a bem dizer, que as fôrças centrífugas dêsse Império têm sido estudadas com um particular zêlo e o apriorismo da admiração integral é o perigo que menos nos ameaça. Sobretudo os componentes têm sido analisados cada vez melhor. Analisada em seus detalhes, tóda a civilização antiga — para não dizer nada das modernas — pode ser reduzida a civilizações anteriores ou às influências contemporâneas de outras civilizações; tanto os “substratos” como as contribuições externas aparecem cada vez mais nitidamente. Nesta procura de influências muitas vêzes parece que a civilização romana desaparece como entidade autônoma. De fato, ela sofreu sobretudo três grandes influências: a etrusca nos seus primórdios na Itália, a grega durante tóda a sua evolução e a oriental, especialmente das religiões orientais, nos seus últimos séculos. Não é mais possível ao erudito moderno estudá-la mesmo em Roma, mesmo no Ocidente, sem ter um bom conhecimento dos seus fatores essenciais, do papel das culturas indígenas pré-existentes nas províncias, dessas zonas marginais, híbridas mas fecundas, que as escavações de Doura-Europos tanto iluminaram, para as fronteiras do Eufrates. Não foi por acaso que a exploração científica dessas ruínas foi o supremo serviço de Franz Cumont e de Rostovtzeff; ambos encontraram ali possibilidades de aumentar a nossa própria noção de civilização antiga. No domínio da arte, as reivindicações romanas de um Wickoff e duma Eugénia Strong não fizeram parar, acredito mesmo que, pelo contrário, encorajaram o progresso de uma revolução científica feita para restituir à Grécia o que é grego e ao Oriente o que é oriental. Para certos críticos modernos, a Roma de Trajano, embelezada pelo gênio do sério Apolodoro de Damasco, e com mais forte razão a Leptis Magna de Septímio-Severo, não estão longe de ser províncias do Oriente. Voltarei de novo a êste problema e às suas conseqüências a propósito dos poderes sobrenaturais do Imperador Romano. Gostaria de me permitir aqui apenas duas novas reflexões: a primeira é que o espírito das minhas pesquisas será somente histórico e a segunda é que em um dos meus cursos predominarão durante muito tempo os métodos da história religiosa enquanto que no outro os da história econômica e social. Certamente não ignoro que “civilização romana” não é “história romana” pois aquela expressão significa sobretudo que, malgrado a excepcional centralização do Império Romano em tórno da sua capital, os fenômenos provincianos e os periféricos serão convenientemente considerados. Talvez, alguns, por vêzes, julgarão excessivo

o meu esforço de descentralização da primitiva história do Lácio, atribuindo a esquecidas aldeias uma parte do que, de ordinário e *a priori* é atribuído a Roma. Devo me desculpar por isso já que estou substituindo um mestre que começou as profundas pesquisas a respeito do Baixo-Império pela análise de um impôsto; e pela análise de costumes religiosos, chegando muitas vêzes quase à análise sociológica, o seu ensaio de reconstrução da primitiva sociedade romana? Gostaria bastante que acreditassem que não há naquilo nem modernismo nem esnobismo. E as criações pròpriamente jurídicas e políticas de Roma foram um dos legados essenciais da sua civilização. Mas, como compreender a estrutura das suas antigas magistraturas sem primeiramente compreender os grupos sociais que lhes serviram de base e que, algumas vêzes, as inventaram? E como compreender o desenvolvimento da autocracia imperial sem analisar os fatôres irracionais que a transformaram numa espécie de direito divino?

E' permitido invejar aquêles que ingressam nesta Casa com uma doutrina científica estabelecida, a que já está ligado o seu nome, ou com o plano de um monumento a construir. E quando falo em monumento tenho em mente duas obras, que não poderiam ter sido elaboradas senão aqui: a *Histoire de la Gaule*, de Camille Jullian e a *Histoire ancienne de l'Afrique du Nord* de Stéphane Gsell, que a morte do seu autor deixou bem longe do término, uma vez que lhe faltam os capítulos referentes aos séculos imperiais. Quanto à doutrina estabelecida, sejam-me permitido escolher o exemplo de Georges Dumézil, de quem me honro tornar-se colega, e com o qual, estou certo, acontecerá por vêzes de ter um ponto de contacto sob o símbolo pacífico dos *Terminalia*. Ainda é muito cêdo para que eu fale das duas obras que desêjo realizar ao fim dos meus dois primeiros anos de curso, mas, gostaria, ao menos de indicar quais vão ser os meus primeiros objetos de pesquisa e quais os métodos a serem adotados para conseguir os fins a que me proponho. Sôbre um fundo conservador, sei que pequei recentemente por excesso de temeridade.

Mas, quem não se torna sensato com a experiência e com o contrôle dos seus confrades. E quem, ao mesmo tempo que se torna sensato deseja não perder a flama da curiosidade, a esperança de compreender aquelas coisas que ainda não foram compreendidas, ou pelo menos, compreendê-las melhor. As nossas ciências da Antigüidade dispõem hoje de métodos bem provados. E o rigor crescente das suas ciências auxiliares nos impõe o dever de não construir a não ser com o seu contrôle, ainda que êle não nos submeta à regra de um "consenso" unânime. Há, todavia, certos setores da

pesquisa em que êste acôrdo está longe de ser conseguido e onde certo tempo de incerteza e de revisão é, não sòmente inevitável como necessário. Eis com que espírito eu abordarei as minhas duas primeiras séries de cursos.

*

* *

Ao estudar sistematicamente as relações dos imperadores romanos com a astrologia nos três primeiros séculos — praticamente de Augusto a Constantino — o meu propósito é menos trazer uma contribuição direta para a história da astrologia — essa quimera perniciosa e, durante muito tempo, poderosa — do que aprofundar um aspecto do “fenômeno imperial”. Emprego esta expressão não só porque desconheço outra melhor como também porque todos os eruditos que, nos últimos tempos, têm estudado a fundação do Principado e a elaboração dos poderes de Augusto, desde von Premerstein e W. Weber até A. Alföldi, estão quase que completamente de acôrdo em reconhecer que êsse movimento, qualquer que tenha sido a principal “revolução romana” — para usar o título do livro de Ronald Syme — não consistiu sòmente numa transformação das formas políticas sob a ação de fatores militares e sociais, mas resultou do estabelecimento no antigo mundo mediterrâneo, e na própria Itália, de um clima de psicologia coletiva com tonalidades religiosas ou místicas. E ao estudá-lo, a gente se arrisca a perder-se perigosamente numa espécie de halo estéril onde, de acôrdo com a expressão dura mas justa de um erudito inglês, é difícil distinguir entre o profeta e deus. Felizmente, o espírito jurídico de um Premerstein — e André Piganiol se definiu no mesmo sentido — restabeleceu as etapas de um processo de reagrupamento de clientes em tôrno do *princeps* e o senso objetivo de um Alföldi desenvolveu sua importância também às insígnias e símbolos por meio dos quais se instalou em Roma a pompa do *imperator*.

“Cria-me, dizia-me um dos mestres que citei, ainda falta muita coisa por descobrir a respeito da época imperial”.

De fato, a história dos sucessivos reinos começa a ser razoavelmente, e por vêzes excelentemente, conhecida. Mas, a história do Império não se resume nessas monografias, mesmo quando são exalcentes. O ritmo da sua história, pelas suas alternanças e voltas quase enfadonhas nos obriga a considerar em conjunto, sejam as leis sociais e políticas que regem a sua evolução, seja a permanência dos temas supersticiosos que nas épocas mais esclarecidas da filosofia se impunham manifestamente à maioria dos príncipes. Re-

gime, não nos esqueçamos, em que a estátua reinava, em que juravam por ela até os confins do Império, mesmo antes de a insultar ou derrubar; ídolo principal para muitos, objeto de ódio ou causa de martírio para os dissidentes, judeus e, sobretudo, cristãos. Desta continuidade cada vez mais hierárquica, desse eclipse de todo o resto pela imagem imperial, as séries ininterruptas de efígies monetárias dão, hoje, aos que a acompanham uma idéia mais alucinante ainda do que a mais completa galeria de escultura.

O vocabulário do “culto imperial” circula sempre nesses estudos, com esse progresso, quanto ao encadeamento de temas, é que se sabe cada vez melhor aquilo que é devido ao exemplo das monarquias helenísticas assim como o que sobreviveu — liturgia e iconografia — nas pompas da corte bizantina. Outrossim desejo, em compondo pouco a pouco a imagem de um Imperador Romano, dar, não certamente uma verdadeira réplica, mas se puder, e conseguir, uma espécie de introdução retrospectiva ao *L'Empereur dans l'art bysantin*” de André Gabor. O ponto de passagem é cada vez melhor conhecido graças às pesquisas a respeito do Baixo-Império, portanto, é sempre às origens e a Augusto que a pesquisa retorna.

Hoje, já não é necessário que nos justifiquemos pelo fato de darmos importância a pesquisas desta ordem porque a mesma curiosidade contagiou os historiadores das monarquias helenísticas e os bizantinistas; já não há, felizmente, necessidade de nos defendermos da suspeita, incômoda por vezes nas vésperas da última guerra, por causa de alguns abusos isolados, seja complacente aos regimes autocráticos. É um estudo bastante apaixonante na verdade mas freqüentemente nos é doloroso ver desenvolver-se num mundo em que o pensamento grego e a jurisprudência romana pareciam ter levado ao govêrno da razão, um fenômeno tão pouco razoável como a divinização de um príncipe. E Ernest Renan foi otimista ao considerar o mundo antigo como desaparecido por ocasião da morte de Marco-Aurélio, porque o filho do filósofo foi o mais supersticioso dos Césares. Para um Filão de Alexandria e para um Flávio Josefo, o fim dos tempos racionais datava, sem dúvida, do aparecimento de Calígula. Para Tácito, por volta da morte de Augusto. É verdade que este historiador acreditava que eles ressurgiram com Nerva e Trajano mas, conservou êle essa esperança com os últimos anos do reinado de Adriano?

Entretanto, não é do culto imperial propriamente dito que tratarei, isto é, não tratarei das formas institucionais reguladas, disciplina religiosa de cidadãos obedientes, segundo as quais a divindade presente do imperador foi adorada em Roma, na Itália e nas províncias. Não que o assunto esteja esgotado; as formas da apo-

teose não foram ainda inteiramente elucidadas. Restam ainda alguns enigmas. Por exemplo, eu gostaria de saber que espécie de culto os Césares, de Nero a Domiciano, deixaram desenvolver-se em Éfeso, cultos que, uma vez conhecidos em suas minúcias, poderão, um dia, explicar o por quê de certas atitudes de Apolônio de Tiana e o protesto apocalíptico judeu-cristão contra o culto da Besta. Nós desejaríamos sobretudo pesquisar a respeito dêste conjunto de atributos supersticiosos, de temas de credulidade popular e de formas fraseológicas que costumamos denominar de “mística imperial”. Não gosto de usar a expressão mas ela é aceitável convencionalmente.

No ideal proposto ao soberano helenístico — ao selêucida de Antioquia, em particular — havia ao lado de atributos religiosos de Fortuna e Vitória — têrmos que talvez já revelem uma equiivalência entre as nações gregas e iranianas — uma Razão filosófica. O estoicismo romano não cessou de agir, seja na oposição seja nos conselhos governamentais, para que Augusto encarne esta alta Razão. Mas, ainda que nem Augusto nem Tibério tivessem sido surdos a esta prédica, os aspectos mágicos e supersticiosos só foram, mais freqüentemente, afirmados por seus sucessores. E êste ritmo de alternância que, sem dúvida, responde por vêzes a uma luta de influências no palácio e outras a oposições do meio social, tem qualquer coisa de tão irresistível que depois do prosaico Vespasiano vem o faustoso Domiciano, o Nero calvo, e depois de Marco-Aurélio, o imperador-filósofo, vem o brutal e extravagante Cômodo. Tara de raças muito usadas no poder? Germe patológico herdado antes da subida ao trôno e tornado virulento depois por causa de uma moléstia mal cuidada? Aquilo que para um Suetônio ou para um Tácito era uma consequência fatal do “cesarismo”, quase sempre, aliás, depois de um feliz comêço, é considerado pelos psiquiatras modernos como a transmissão de uma loucura específica. Seus métodos de explicação muitas vêzes fracassam: existem casos de obsessão manifesta, mas a origem da psicose quase sempre nos escapa. O melhor, creio eu, é tentar apreender seja as idéias obsessivas a que obedecia determinado César, seja os confidentes que faziam o seu cêrco psicológico. As religiões orientais foram cada vez mais se apossando, e seguramente, da imaginação dos imperadores e é também a elas, reconheçamos, que os seus delírios e mascaradas devem seu estilo mais flagrante. No momento apropriado nós iremos pesquisar em particular em que medida o pacto concluído em 70 a. C. em Alexandria entre Vespasiano e os padres do *Serapeum* encorajou os Césares a brincar de taumaturgos, o que Vespasiano, êle-próprio, só aceitou com surpresa. Mas nós começaremos pela

Astrologia porque a ela, como suspeitava Franz Cumont — e penso aqui menos no que êle deixou de imprimir do que numa série de afirmações diretas — cabem as responsabilidades principais. Sua ação se revela desde a fundação do império, ocasião em que ela empresta uma chave oculta a uma mitologia parcialmente rejuvenescida, mas de aparência banal: ela é a mais organizada, a mais tenaz, a mais capaz, seja pela sua lógica própria, seja pela ambição dos seus profissionais de inspirar ao imperador esta loucura sistemática e ostentatória que aparece num Calígula ou num Cômodo, para não falarmos em Nero. Em resumo, o que para Bouché-Leclercq era a conclusão da sua *Astrologie grecque*, será para nós o principal objeto de pesquisa.

Cada vez é necessário identificar o astrólogo mais influente ou aquêle que chefiava um grupo de oposição — o que tinha muitas vêzes conseqüências semelhantes — mas, acima de tudo, é necessário reconhecer com a maior exatidão possível o horóscopo, o “tema de nascimento”, a que o príncipe julgava estar submetido. Muitas surpresas nos aguardam nesse caminho: eu creio, de um modo geral, que o tema da *genitura* — ou *genesis imperatoria* — que tanto poderia levar um indivíduo ao trôno como à morte, devia o seu terrível prestígio a aquilo que fôsse considerado pelos astrólogos como idêntico ao tema de Alexandre, o Grande, que os astrólogos dos três primeiros séculos tinham reconstruído. A pista nos veio às mãos, não por acaso, sem dúvida, através duma inscrição de Doura. Se tal puder ser definitivamente estabelecido, que melhor prova podemos querer da continuidade entre as monarquias helenísticas e o Império Romano! Então, a tese da imitação de Alexandre que obsecou mais de um César, de Calígula e Caracala e ao último dos Severos, não foi um simples *cliché* de heroísmo épico e sim uma superstição metódica mantida, apesar da sua puerilidade, pela grandiosidade das tarefas reservadas ao Imperador Romano.

Mais além, esta pesquisa nos conduzirá aos planos intermediários entre a história da filosofia e a das teologias. Já vimos que as relações entre o Império Romano e a filosofia são constantes: à força de atribuir ao príncipe ideal a missão de representar no governo dos homens a Razão e a Energia providenciais, coube aos filósofos ajudar, ainda que sem intenção, a divinização do papel do príncipe. Quase sempre, sem dúvida, com a intenção de o controlar, um Areios acompanha Augusto (Otávio) na sua entrada em Alexandria; um Sêneca governa durante algum tempo em nome do jovem Nero e, sob o pretexto de preservá-lo de outras influências, não é o último a elaborar-lhe perigosos temas de adulação. Que espetáculo quarenta anos mais tarde: Dião de Prusa tomando co-

conhecimento do assassinato de Domiciano, que o havia exilado para os campos do Danúbio, e iniciando por uma arenga aos soldados os discursos a respeito da justa *basileia* que êle enviaria logo mais a Trajano; Apolônio de Tiana — mais profeta e mágico, é verdade, do que filósofo — anunciando no mesmo momento aos asiáticos de Êfeso uma morte de que não podia ter recebido notícia. E, em que obra moderna êstes episódios foram melhor evidenciados? Na *Histoire sociale et économique* de Rostovtzeff: a história social aí é, com efeito, encarada a sua maneira, na medida em que a tentativa de retomada do contróle do poder imperial pela filosofia corresponde ao aparecimento no Império de novas camadas sociais — as classes dos decuriões sobretudo — das quais a cultura retórica e jurídica, ainda que superficial a nossos olhos, temperará por algum tempo os excessos supersticiosos. Essas classes, por sua vez, entrarão em declínio, e a conjunção das classes populares com um exército mais barbarizado restaurará a autocracia sob a sua forma fatalista e religiosa.

Todavia, devo precisá-lo bem, refazer esta história não é nem filosofar nem invadir o domínio da história do filósofo. *Helas!* as relações do Império com os filósofos dizem respeito quase sempre muito mais com a história da polícia. Como de tempos em tempos aos *chaldaci* ou *mathematici*, isto é, os nossos astrólogos, medidas rigorosas de expulsão atingem periodicamente também os *philosophi*; e não se sabe se as suas escolas tenderam a se transformar em seitas pelo efeito de uma solidariedade diante de um perigo comum ou se, ao contrário, foi a sua aparência de partido organizado que despertou contra êles a desconfiança de certos príncipes moderados como Vespasiano.

Em todo caso, dominando essas querelas, os mitos imperiais continuam a se consolidar. Os estóicos, em geral, consideraram com complacência o modelo que Heráclito, o seu próprio herói, propusera ao imperador: ideal de luta perpétua, de energia salvadora, aceitável à razão política, ainda que êle tendesse inevitavelmente a encorajar nos Césares o gosto malsão do exibicionismo esportivo a que já o conduzia a incrível popularidade dos atletas ou artistas de renome. Menciono neste ponto um assunto que conto explorar em seguida: como a bola agnóstica do mundo grego se converteu no Circo e no anfiteatro romano em uma monstruosa exaltação de aurigas imperiais, gladiadores e matadores de feras? Não existe loucura mais bestial. E eu creio que mesmo nos delírios dos Césares, cujas origens históricas seriam mais fáceis de estabelecer, não existiu loucura maior. O chefe de um Estado moderno tem, em geral, que honrar com a sua presença as principais competições espor-

tivas que interessam ao prestígio da nação e mesmo que êle tenha alguma habilidade esportiva especial, o protocolo não lhe permite quase nenhuma vantagem. No Império Romano acontecia o oposto: porque muitos espetáculos se realizavam em sua honra, e religiosamente falando, por sua saúde, e porque acreditava-se que em cada atleta agia uma energia mágica da mesma natureza daquela que levava o príncipe a vencer os seus inimigos, decorria a conclusão de que o imperador, no mínimo, tinha interêsse em abençoar êsses jogos e considerar o vencedor como tendo triunfado sob os seus auspícios e, de certo modo, em seu lugar. E, em certos casos, o próprio imperador participava dêsses jogos e, quando isso acontecia, como poderia êle se contentar com uma atuação secundária? Se Franz Cumont interpretou bem os relevos da estela funerária de Urbino, onde está representado Scorpis, o famoso auriga dos tempos de Domiciano, como é significativo que um leal funcionário dêsse príncipe constitua nesse relêvo o seu modêlo de apoteose! E' verdade que pouco antes, no momento de morrer, Vespasiano ridicularizou a sua própria divinização. As más línguas, que um século mais tarde, levantaram a suspeita de ser Cômodo o produto do adultério da imperatriz Faustina com um bobo ou com um gladiador não avançavam espiritualmente apenas certas teorias modernas sôbre a hereditariedade das taras psíquicas. Sem dúvida expressavam elas também, em tom de motejo, a tendência popular de opor às explosões do príncipe, ou de compará-las com as dos seus favoritos do palco ou da arena.

O heracleismo imperial que devia durante tanto tempo equilibrar a sorte duma teologia solar do Império, desenvolveu-se sob duas influências igualmente marcantes: a filosófica e a agnóstica. Eu acredito poder mostrar que cada vez mais, e sobretudo com Cômodo, ciumento talvez por causa da pira de Peregrino, o heracleismo expressou uma construção semi-teológica: então, o herói, que envergava vestes femininas para massacrar leões, elevou o seu êmullo ao plano de uma "antropologia"; o príncipe devia assumir aos olhos dos homens, e para bem dêles, os atributos dos dois mais altos poderes — o feminino e o masculino. Chegando-se até aí, o escabroso, ou melhor dito o odioso, e o sublime se disputam, mas é necessário ver a tentativa e compreendê-la em função de um mundo onde se infiltravam os segredos gnósticos ou hermetistas.

Vemos, pois, em que sentido se desenvolverá a nossa pesquisa: sem aceitar nenhum mito explicativo de imanência ou transcendência, trabalhando empiricamente apenas com os dados dos textos — e das imagens — ser-nos-á, entretanto, necessário ir além da história dos reinados, mesmo em se tratando dos mais originais

sob êste aspecto, para reconhecer a lógica interna de um movimento e de uma construção. Nós não podemos nos limitar às aparências da mitologia imperial apenas, mitologia que colocava um Augusto sob a proteção direta de Marte e de Vênus, ou mesmo de Apolo, mesmo naquele melhor caso em que essa proteção toma o aspecto de um mistério completo de uma epifânia do deus através da pessoa do príncipe. Nos fins do último século era hábito escreverem-se eruditas dissertações a respeito da “comparação de imperadores com deuses”. A lista pode, com efeito, ser instruída com inscrições ou moedas; mas ela não nos dá nada mais do que uma indicação superficial. E’ melhor procurar determinar em função de que atributo religioso, de que *virtus* ou de que *carisma* está armada a equação: sem esquecer jamais a perpétua reflexão das potências imperiais, sôbre os deuses e deusas do culto. A *Revue Théologique* de Harvard não teme acolher em suas páginas estudos a respeito das “virtudes cardiais” do imperador romano. Este assunto pode ser objeto de estudos da teologia, com efeito, mas é necessário não se deixar enganar por uma fraseologia banal nem tomar como novidade o que é apenas uma repetição de um tema anterior. Mesmo quando existe semelhança ou identificação, o exame das representações figuradas e, sobretudo, das monetárias, preserva-nos das principais ilusões: sôbre o arco de Benevento, Trajano aperta, de igual para igual, a mão de Júpiter; em que estado de espírito um devoto desse deus, leal em relação ao príncipe, poderia ainda subir ao Capitólio? Logo mais o imperador se aproximará também de Serapis e de Sol; lamentável decadência dos principais instintos do paganismo. O erudito que tem o senso da dignidade da história religiosa não poderá resistir se não perceber o outro lado da coisa: esta centralização de tôdas as fôrças religiosas em tôrno da pessoa do imperador — e cada vez mais do imperador que vive no momento — esta criação lenta e regular de um tipo de magestade de que a iconografia oficial — atualmente o fato está suficientemente provado — só se incomodava em expressar as realidades de um cerimonial de côrte e dum estilo processional, preparando as imaginações e encaminhando os próprios artistas a conceber, no final desta evolução, um *Pantocrator* tronante no céu e se fazendo representar aqui embaixo por um *basileus philochristos*.

Sob certos aspectos, êste desenvolvimento pode dar razão a teoria radicalmente orientalista do imperador romano; quer dizer, uma teoria que, considerando o culto imperial desde as suas origens como um legado do Oriente e das monarquias helenísticas, veria em cada um dos seus progressos e na invenção de cada um dos

seus novos símbolos ou fórmulas um sucesso de suas influências ou um empréstimo deliberado. E, se eu me sinto orgulhoso de ter entre vós, meus caros Colegas, um orientalista por relator, o eminente egiptólogo Pierre Montet, é porque penso que, no crédito de confiança que êle me abriu entrou a esperança de que as minhas contribuições serviriam por vêzes à causa do Oriente. E' certo que Calígula e Nero olharam nostálgicamente para o Egito, que Cômodo se fêz iniciar nos mistérios de Mitra, que os Severos consideraram os Baals como seus padroeiros, que Heliogábalo acreditou mesmo, ingênua ou cínicamente, não se sabe, que os deuses do Palatino não passavam de sucedâneos. A preponderância crescente dessas influências é inegável, mas os empréstimos diretos e voluntários são raros. Aliás, Alföldi o mostrou para o próprio ritual do *adoratio*. O título de *Invictus*, tornando-se habitual, lembrava certamente a muitos que o grande deus solar protegia o imperador, mas Hércules o usara, e os príncipes nada mais fazem, em suma, do que procurar sem cessar novas garantias para um poder vitorioso que êles herdavam diretamente dos *imperatores* triunfantes do último século da República.

Reivindicar os elementos romanos desta construção ou, pelo menos, o caráter relativamente romano da síntese, não é, pois, opor-se à explicação orientalista, mas, em a tornando precisa, matizar a sua cronologia. E' também ressaltar alguns aspectos um pouco negligenciados pelos estudos modernos, nos quais o culto imperial romano distinguia-se substancialmente dos seus antecedentes orientais. Me permitirei, aqui, indicar dois dos seus aspectos.

Desde os primeiros instantes êste culto congregou talvez as últimas chamas dos antigos altares-lar: Pai da Pátria, adorado no ser divino do seu *Genius* ou do seu *numen*, o príncipe quase que se confundia com o Gênio do Povo romano. Há nisso, sem dúvida, razões antigas uma vez que Mário já havia recebido homenagens no interior dos lares e uma vez que a divinização de Júlio César, as formas da sua consagração póstuma, para não dizer do seu culto antes de sua morte, os aproximavam do mesmo Gênio público sob o título de *parens patriae*. O *Genius Augusti* desenvolveu-se, na realidade, à parte, entre os lares, mas no século III, uma estranha moeda mostra-nos que o *Adventus* de um imperador às portas de Roma podia vir a ser, na ocasião, o mistério da entrada dêsse Gênio na Cidade, e nós sabemos que a mesma visão visitou freqüentemente Juliano antes de sua morte. Aliás, um dos problemas que, mais tarde, reterão a nossa atenção será justamente saber quando e como morreu esta antiga religião doméstica, de que o primeiro Augusto serviu-se tão sutil e profundamente. No seu

tempo, êle o sabia, uma nova crença, mesmo brilhante e na moda, ainda não podia ganhar as classes populares a não ser através dos deuses Lares das esquinas das ruas. Sob o Império, nós assistimos mesmo, e talvez especialmente, na aristocracia senatorial a um progressivo enfraquecimento do instinto gentílico, acelerado pela multiplicação das adoções testamentárias, enfraquecimento êsse que é cada vez mais percebido nas inscrições pela evidente corrupção do sistema de *tria nomina*. As massas populares que em Roma viviam nos apartamentos ou mansardas das *insulae* se desapegavam fàcilmente das práticas domésticas e as religiões orientais da mesma forma que o culto imperial beneficiaram-se dessas transferências. Mas a religião doméstica guiou, por mais tempo do que, em geral, se crê, as imaginações religiosas e perpetuou, por assim dizer, uma forma íntima de oratória. O *basileus* bizantino, sem precisar sair do Palácio, orava a uma Virgem das Vitórias; e é preciso não esquecer que, no Palatino, os Césares tiveram o seu oratório doméstico, em que Marco-Aurélio fará as suas orações puras de estóico e em que Alexandre Severo introduzirá, talvez, a imagem do Cristo ao lado da de Orfeu. Da mesma forma que para os imperadores, para os indivíduos comuns esta capela doméstica, onde o devoto é também o sacerdote, pode fàcilmente tornar-se o lugar ideal de sincretismo. E não me refiro aqui ao culto prestado pelos Césares aos seus predecessores divinizados, culto êsse que, sob a dinastia Júlio-Cláudia sobretudo mas também sob os Antoninos, se molda nas tradições romanas da *Pietas*, e os laços consangüíneos cessam ràpidamente de ser uma condição desta veneração familiar.

Outro aspecto original, acredito, é a estreita associação — a palavra é quase fraca — que se estabelece entre a divindade do príncipe e a de Roma. Os historiadores do Baixo-Império, também os da “Idéia imperial” na Idade Média, carolíngia ou otoniana sabem bem que a *Romidee* e a *Kaiseridee* tornaram-se inseparáveis e a miragem de Roma aos príncipes germânicos a ponto de moldar-lhes a política ou, se se prefere: esta miragem toma nos países pouco latinos uma forma singular, quase artificial, de poder “imperial”. E’ verdade que nesse interregno o Papado substitui os Césares em Roma e que esta grande unidade tradicional será atravessada pela disputa entre o Sacerdote e o Império. Na verdade, é necessário ainda voltar até Augusto para compreender esta associação. O imperador, desde o início, não é somente de Roma divinizada; êle se torna ràpidamente nos altares provincianos o paredro do culto. Por mais alto que tenha sido colocada no mundo helenístico a Tico (deusa da fortuna) de Antioquia, celebrada

pela estatuária, os seus laços com o soberano selêucida não atingiram jamais, creio, esta intimidade indissolúvel e quase mística que no Império toma, por vêzes, a forma de uma hierogamia. O imperador toma de *Roma* um número crescente de carismas; se êle é dotado cada vez mais do predicado da Eternidade, não nos esqueçamos de que êste é, aliás, desenvolvido em benefício de *Roma* e sob as influências, é verdade, tanto greco-orientais como das noções de Aiôn. Quando percorremos com Alföldi as etapas imaginadas do processo que levou à fundação do Principado, vemos que em Augusto, como o próprio nome está indicando, o imperador se impôs como homem-talismã, o portador das *auguria* depositadas desde o berço da *Urbs* e que, durante uma geração pareciam ter estado em tão grande perigo; a insistente comparação com Rômulo não parece ter outra razão. Mas, aqui novamente a continuação da análise leva-nos inexoravelmente para o campo da astrologia: já no Camafeu de Viena o signo de Capricórnio flutua entre a cabeça de Augusto e a de *Roma*; sôbre o globo que sustenta o busto de Cômodo-Hércules, os três signos do zodíaco, qualquer que seja a sua exata razão de ser, referem-se aparentemente à solidariedade entre o horóscopo que assegura perpetuidade a *Roma* e ó que vaticina que o príncipe a “fundaria” de novo. Creio que o gênio de *Roma* era considerado como tendo características de amazona, isto é, antes viril do que feminino, e que na iconografia êle se expressa pelo tipo realmente de amazona da *Virtus*. Seja dito de passagem que êste fato pode ter sido uma das razões que despertaram em alguns imperadores, especialmente em Cômodo, a tentação de possuir a fôrça dos dois sexos.

Que os nossos futuros ouvintes fiquem tranqüilos: através destas especulações sutis e destas imagens de um luxo freqüentemente elevado, uma perpétua recreação nos espera. Ela ser-nos-á dada, a cada passo, pela *verve* caricatural com que a plebe de *Roma* ou das grandes cidades, e às vêzes também os demócratas liberais, parodiavam cada um dêstes temas oficiais, fazendo inscrições mordazes, não ainda ao pé dêsse *Pasquino* que viria a ser a caixa de libelos da *Roma* do século XVI, mas no pedestal das estátuas dos Césares ou em algum arco de triunfo julgado muito complacente. Como admirar-se? Se é verdade que uma grande parte do estilo imperial é consequência dos antigos triunfos, um filósofo belga — Haikin — mostrou-nos que êle foi metódicamente parodiado de Plauto! E eu penso que Alfred Ernout concordaria facilmente com isso.

Eu temo que, pela própria razão do seu esforço de ser preciso, o título do nosso curso corra o risco de parecer ambicioso. Eu gostaria de explicar-me melhor. O assunto: "Pesquisa a respeito dos grupos sociais originários do antigo Lácio", praticamente nos séculos VI e V a. C., transporta-nos a outro extremo da história de Roma, a uma estreita paisagem onde vilas como Ardéia, Tibur e Colácia aparece-nos durante algum tempo como quase tão importantes quanto Roma e dotadas cada uma de instituições próprias. Além disso, sem excluir o ponto de vista da história religiosa, porque o grupo definir-se-á freqüentemente por um culto, êle dá preponderância à história econômica e social. Apesar da modestia dos objetivos, digo "ambicioso" porque não representam êsses obscuros séculos, de acôrdo com a palavra desabusada de um dos nossos mestres, o Incognoscível da história antiga e talvez de tôda a história? Os documentos diretos são quase inexistentes e a própria situação dos dialetos então falados no Lácio, e mesmo do latim, não é conhecida a não ser imperfeitamente. Temos, de um lado, o relato circunstanciado, mas de aparência muito romancada, de Tito-Lívio e de Dionísio de Halicarnasso sôbre a queda dos Tarquínios e sôbre os movimentos que a seguiram e, de outro, séries esporádicas de vestígios arqueológicos, dos quais os mais curiosos são terracotas ornamentais de estilo etruscóide, provenientes das aldeias latinas ou volskas, como Satrico e Veletro. Acredito que o confrônto dêsses dados não é inteiramente inútil, mas que pobreza e quantos enigmas a resolver! Como consequência das pesquisas de Fr. Leifer, e sobretudo de algumas sugestões de Santo Mazzarino, surge a tentação de vermos em muitos dos personagens representados os portadores dessas magistraturas ou dêsses sacerdócios locais sob os quais o Lácio pode passar da era da tirania etrusca à da preponderância romana. Mas, enquanto a língua etrusca não fôr decifrada, hesitamos em inferir tanto das imagens. Não é necessário insistir mais, aqui onde uma cadeira de etruscologia certamente existiria se esta ciência estivesse já no estado decisivo da decifração. E, que eu saiba, não só ainda não estamos nesse ponto, como as circunstâncias continuam desfavoráveis porque, ao contrário do que aconteceu com a língua hitita, o número e a extensão dos textos úteis são muito pequenos e aumentam com excepcional lentidão. Na expectativa de surpresas sempre possíveis, o historiador de Roma e do Lácio não pode, sem dúvida, prestar melhor serviço à etruscologia do que dar uma versão crítica e revista de alguns episódios da história etrusco-latina conservada pela tradição analítica: o ciclo da guerra e do cerco de Veios, creio oferece muitos dados significativos e o mesmo acontece com a queda dos Tarquínios. Mas,

até que novos fatos sejam descobertos, esta contribuição não deixará de ser precária e limitada. Além da pintura de Vulci, que temos a respeito de uma versão diretamente etrusca dessa revolução?

Todavia, não nos desesperamos muito depressa com a nova colheita a ser tirada dos textos já conhecidos. Acredito que nenhuma das mais espetaculares descobertas epigráficas ou papiro-lógicas feitas desde há uns trinta anos deu aos historiadores de Roma um calafrio comparável ao que experimentaram quando, há uns vinte anos, veio de Nápoles o rumor de que o manuscrito da 2a. Década de Tito-Lívio tinha sido redescoberto. Rumor ilusório que foi repellido, de início, pelos mais sensatos e que se extinguiu num embaraço quase vergonhoso! Durou exatamente o tempo necessário para refletirmos sobre a relativa fragilidade das nossas reconstruções da história do período de 295 a 218 a. C. e sobre o inegável valor que teria, em qualquer caso, um relato analítico denso e contínuo, mesmo que inspirado em fontes mediócras e cheio de erros. Devido a Mommsen e Beloch, um imenso trabalho foi feito para controlar a cronologia dos acontecimentos, identificar e datar os magistrados das listas de Fastos; mas parece-me que ainda restam algumas pesquisas para serem feitas. Falta, em muitos casos, reconstruir a descrição de um rito original que se esconde sob uma fábula pretensamente política ou militar. Eu me contentarei em considerar aqui dois exemplos em que a rotina da interpretação parece-me excessiva. E' conhecida a anedota de Camilo assediando Falérios e devolvendo magnânimamente aos seus pais as crianças que um *magister* lhe havia entregue por traição. Admito que Falérios — de onde veio para Roma um culto de Minerva a que se filiavam até os cozinheiros — tenha tido desde muito cedo suas escolas públicas e seus *magistri*, traidores ou não. Mas, não tinham essas excursões — cada vez mais afastadas da cidade — que o mestre-escola realiza com seus alunos, um valor ritual em certas iniciações do tipo lupercos? E o *magister* em questão — que por instigação de Camilo, por pouco, teria sido espancado e expulso a bordo das suas próprias alunas — não confunde em sua pessoa o papel de um monitor e de um bode expiatório, espécie de Mamurius Venturius falisco? Segundo exemplo: a decretação das leis licínio-sextianas, em 366, teria sido devida à conversão de Fabius Ambustus, vencido pelas súplicas de uma de suas duas filhas que, casada com um simples plebeu, sofria com as honrarias que era prestadas ao seu cunhado patrício mesmo em sua própria casa. História ridícula e bem inverossímil, de que se duvida há bom tempo — Louis de Beaufort

já a discutia — e que é tida, hoje, em geral, como uma invenção gentílica. Observaremos, antes, que naqueles anos uma terrível peste assolava Roma, que, por causa disso, pôs em prática ritos inusitados e que nesta história a relação entre o papel da moça e o do lictor batendo à porta da casa de sua irmã explicar-se-ia melhor pela adoção de uma prática profilática contra o contágio da referida epidemia. Plutarco descreve um fato semelhante na antiga Falérios, onde uma moça batia de porta em porta, pronunciando uma palavra de cura e é possível que os Fábios e os Licínios tenham feito celebrar em Roma um rito semelhante, escolhendo duas moças, uma patrícia e outra plebéia. A analística romana é incrivelmente decepcionante pela ingenuidade com que aceitou versões absurdas e, principalmente, com que personalizou episódios que nós, modernos, sentimos terem sido necessariamente coletivos ou anônimos; mas no todo ela foi mais conscienciosa do que se pensa porque o seu espírito tradicionalista a fez salvar, através de ridículas transposições ou edificantes imperícias, notícias de rara exatidão. Nós nos prenderemos, ao máximo, a êsse esforço metódico de recuperação: *vindiciae* por excelência dos mais antigos Anais.

Essas primeiras pesquisas visarão principalmente definir o estado social e político dos diversos povos do Lácio, numa época já histórica para Roma, mas anterior à incorporação deles, na sua maioria, ao território da Metrópole. Elas terão toda a deferência necessária e justificada para com os sistemas de explicação das origens procedentes da lingüística e da sociologia indo-européias. Além disso, elas se manterão em épocas mais afastadas e num plano simplesmente histórico. Por outro lado, elas não terão dificuldades em se prender às pesquisas de André Piganiol, e menos ainda ao seu *Essai sur les origines* do que às sugestões cativantes do seu estudo a respeito da *Légende des Quinctii*. O autor não continuou esta análise. Além do mais, pondo-se de lado as correntes de história religiosa — e constato-o com desgosto — dir-se-ia que êsses assuntos de história republicana quase deixaram de ser tratados em França. Certamente a palavra está desde logo com os juristas romanos, e êstes não descansam; a pesquisa pròpriamente histórica permanece possível, eu creio, em combinação com êles. Eu procurei mostrá-lo estudando o clã dos Papirii; continuarei nesse caminho e procurarei definir o mais exatamente possível a estrutura de cada grupo em questão, Valerii, Servilii etc., clãs sabinos, latinos, ou mesmo volscos. Não sòmente distinguiremos o conjunto dos latinos do dos romanos pròpriamente ditos, mas dissociaremos a pròpria federação latina; porque o idêntico não se

confedera, no máximo o semelhante, algumas vêzes o diverso. Ao tempo da queda dos Tarquínios, os latinos já estavam profundamente divididos entre os dois polos de Arícia e Túscula; além da oposição de clãs, talvez de diferentes ramos, cremos entrever uma rivalidade profunda entre êles, entre grupos de rendeiros de terra, servindo como soldados de infantaria e fazendo campanha pela conquista e partilha de terras, e grupos de fidalgos rurais, classe mais aventureira do que pròpriamente aristocrática, rodeada de complexa clientela-agregada. Os Papirii da República Romana parecem-me que guardaram algumas reminiscências singulares dos costumes sociais e militares dessa cavalaria tumultuosa; os primeiros, os da infantaria latina, não se confundiriam em parte com este *exercitus Quinctianus* do século V, que teve em Cincinato um modelo de chefe talvez muito autêntico? Uma hipótese mais geral guiar-nos-á a dos estatutos militares, não ainda unificados, de pactos celebrados por chefes de Roma com êstes grupos latinos, variantes de uma *condicio militae* a que a plebe, por seu lado, estava submissa, o que explicaria as coalisões entre latinos e plebeus.

Nos grupos latinos de cavalaria, creio distinguir um traço constante e frisante: é o haver tomado como regra, sob o símbolo do culto de Consus e sobretudo dos Castores, o recrutamento, o treinamento e o engajamento de jovens púberes sob as ordens de chefes maduros, literalmente respeitados pela sua barba, e dotados de poderes, a um só tempo, políticos, militares e religiosos. A nossa pesquisa deverá revelar no futuro se as sobrevivências dessas antigas estruturas, de origem mais latina do que romana, poderiam corresponder, na tradição romana, àquelas do *ius Papirianum* ou às regras rituais do velho direito gabino.

Qualquer que seja a opinião que se tenha a respeito das origens da sociedade romana, e particularmente dos seus grupos latinos, os ritos de iniciação dos jovens, a serviço de tíos singulares ou de maridos das amas de leite, tem uma importância capital, tanto social como religiosa. Sem nos arvorarmos em sociólogos, é à sociologia, e à uma sociologia de forte tradição francesa, que teremos de recorrer ou que teremos de apresentar os nossos resultados. Estudando os *Kouroi* e *Kouretes* da Grécia arcaica, Henri Jeanmaire encontrou há pouco tempo curiosos paralelismos com o lupercismo latino; êste tem traços bem específicos, mas os Valerii, que são sabinos, inventores de jogos que deveriam tornar-se seculares, não tinham também tido o seu ritual de integração na categoria dos *púberes*? Encorajava-me nesta orientação de pesquisa lendo o recente artigo de E. Benveniste que mostra as interinfluências que existiram entre o vocabulário do *populus* e o da *pubes*. Indo mais longe, nós

daremos uma grande importância aos cultos pelos quais se exprimiam as passagens de idade ou de função do homem ou da mulher; essas noções parecem-nos ter desempenhado o seu papel tanto no culto de uma *Fortuna Muliebris* como no da *Fortuna Virilis*; ligadas uma e outra ao templo da Fortuna feminina, a velha Vetúria e a jovem mãe Volúnia, não foram elas realmente — não digo somente na história, mas também na primeira forma de lenda — a mãe e a esposa de Coriolano? Porque tinham uma função ritual, e ritual também, tanto quanto política, era a expulsão de Coriolano, não foram elas, antes de tudo, as guias da procissão de mulheres até o campo dos volscos? Pretende-se ver na ação dêste uma construção da *gens Marcia* — o que só é possível parcialmente; mas o que dizer do pseudo-corolário segundo o qual a personagem Vetúria seria, por sua vez, inventado ou arranjado pela *gens Vetúria*? Esta anciã chorosa não se assemelha melhor a um Mamurius Veturius ou a uma Anna Perenna? Parece-me também curioso constatar que o regime censitário atribuído ao rei Sêrvio Túlio dependia do culto das duas Fortunas, a *Primegenia* e a *Obsequens*, e exprimia-se pela oferta de pequenas moedas aos *thesauros* das divindades femininas por ocasião do nascimento, do casamento e da morte; haverá uma relação com a tradição gentílica dos *Servilii* que mediam o crescimento ou a diminuição da sua raça pelas reações de um *triens aeneus* na chama da sua lareira? Se por seu turno, a figura de um Públicola comporta alguns aspectos anacrônicos de um censor, isso poder-se-ia dar por duas razões: registro dos cidadãos — da sua cientela, talvez — em classes de idade e oferta de *stipes* atestada, em verdade, principalmente por ser funerais. Em resumo: uma revisão do problema das origens da censura deve ser a consequência normal desta parte de nossa pesquisa.

Acrescentemos que a existência de diversas categorias de jovens, definidas pelas condições dos seus nascimentos e por elas destinados a determinados fins sociais e militares, fora de uma família natural, ajudar-nos-á a compreender que estruturas rivais ou que obstáculos teve de vencer o rude *patria potestas* dos patrícios. Se os gêmeos amamentados pela Loba são, mitologicamente, filhos de Marte e de uma Vestal, e ritualmente, talvez os protótipos pastorais dos Luperkos do antigo Lácio, não nos esqueçamos de que, de outro ponto de vista, principalmente social, êles representam uma categoria de crianças privadas de seus pais ou educadas pelos seus avós — os *opitres*, como eram designados na antiga língua latina — a que só um período de educação, primeiro nas escolas de Gabies (*sic*) e depois junto a um avô, prepara a

desforra de um grande destino de aventura. Não é possível que tais lendas tenham servido inicialmente de fundo moral ao movimento de expansão de *vers sacrum* de diversas categorias de jovens destinados à fundação de novas comunidades. Creio, e peço desculpas por repetir, que um dos mais importantes problemas do século V, e provavelmente a chave principal de todo o esforço de discriminação entre romanos e latinos, de um lado, e entre patrícios e plebeus do outro, é o da *conditio militae*; a troca e, se se quiser, a tentativa de regularização das diferentes cartas militares foram, sem dúvida, determinadas na segunda metade do século V, durante a crise da instituição consular, pelas necessidades da grande e pesada mobilização contra Veios; a instituição da censura remonta às mesmas circunstâncias. Não é apenas a organização táctica do exército que está em jôgo mas também o princípio da disciplina e dos poderes atribuídos tanto aos cônsules, como aos tribunos militares, ao ditador e ao seu mestre de cavalaria. Os *Postumiana*, os *Manliana imperia* e as queixas dos centuriões cobertos de cicatrizes serão estudadas sob êsse ponto de vista, mas nós nos guardaremos de ter uma concepção muito rotineira a respeito da organização militar primitiva de Roma. Os cavaleiros, especialmente, mantiveram um estatuto autônomo mas insuficiente para explicar esta “constituição de hoplitas”, tão invocada, desde W. Helbig a Santo Mazzerino.

No desenvolvimento desta pesquisa, daremos particular atenção às formas mais antigas do *contubernium* militar, segundo o que dêle subsistiu nas exposições analísticas: assim, a lenda do combate entre os três Curiácios contra os Horácios aparecerá a nós, em primeiro lugar, como a afabulação de uma estrutura social especificamente albana (e fidenata), em que a regra tenha sido o agrupamento indivisível de três jovens sob a mesma tenda, apesar de o sistema binário *sz* o mais corrente no próprio Lácio e de ser o mais favorecido pelos cultos dioscurianos.

Êste primeiro esbôço talvez deixe entrever suficientemente, através de pesquisas quase empíricas, a espécie de sistema de explicações que, progressivamente, poder-se-á construir. Além das teorias francesas e atuais evocadas por mim, ainda há pouco, sintome no dever de tomar posição diante das doutrinas históricas do grande sábio italiano Ettore Pais. O seu enorme esforço de análise crítica e de reconstrução, talvez, já não domine tão imperiosamente as pesquisas como há trinta anos passados, quando à sua escola parecia tão evidente que as XII Tábuas fôsem uma compilação do século IV ou do III e que certa personagem do século V fôsse a “projeção”, a “antecipação” ou a “duplicação” de uma fi-

gura histórica mais recente. Quem não acreditou constituírem êsses esquemas chaves mágicas? Há certamente, muito de verdadeiro nesta opinião constante e geral de Ettore Pais de que os antigos Fastos, por volta do século V, foram povoados pela vaidade e pelo capricho das grandes famílias da República, que porfiavam na invenção de antepassados para conseguir títulos de nobreza. Mas, além de que certos episódios resistem firmemente a esta explicação, Ettore Pais, parece-me que acreditou demasiado na imagem — aliás, também cara para a nossa escola fusteliana — de um patriciado de estrutura homogênea desde o início, em que, audaciosamente, fundiu o gesto dum herói. O vigor da estrutura gentílica da antiga Roma é inegável, mas, dentro do que chamamos patriciado, essa estrutura é variada e muito mais variada ainda era, sem dúvida, a estrutura da plebe. Êsses dois têrmos tradicionais de história social serão tomados, com reserva, por nós como denominadores comuns e não como unidades verdadeiras. Só uma análise atenta dos mais antigos laços de clientela poderá fazer-nos avançar nesta reconstituição dos grupos sociais reais. Sômente essa análise, creio, poderá explicar-nos como e porque revoluções plebéias repercutiram de uma a outra cidade do Lácio, muitas vêzes relacionadas com a guerra contra os volscos, que dividiu as classes nas cidades fronteiriças e em que consistiu a solidariedade entre os patrícios de Roma e certa oligarquia local. Em resumo, não hesitaremos em procurar, mais de uma vez, nas revoluções de Ardéia, ou de Túsculo, ou de Tibur, a explicação de uma revolução de Roma e não apenas o eco ou o epifenômeno como, geralmente, é feito.

Nem os fatôres econômicos que agiram sôbre essa sociedade antiga nem as formas materiais do seu *habitat* poderão ser esquecidos. Tomemos um último exemplo: as origens do *domus* romano são imperfeitamente conhecidas; entre o *tugurium* dos primeiros pastores do Palatino e o *atrium* do fim da República, a evolução não foi tão regular como se supõe. Quando do saque de Roma pelos gauleses, segundo a tradição, os chefes da cidade, muito mais semelhantes aos notáveis papirianos, já citados, do que aos patrícios clássicos, estabeleceram a sua sede no meio das ruas completamente abertas enquanto os plebeus, na mesma ocasião, segundo Tito-Lívio, fechavam-se em seus *aedificia*. Em todo caso, a história semi-lendária de grandes figuras dos séculos V e VI vítimas de desgraça temporária ou de queda definitiva e ruidosa — de um Públicola, de um Spurius Cassius, de um Spurius Maelius ou de um Mânlio Capitolino — conserva com insistência o tema original da “casa arrasada” e êsse tema parece ligado, de um lado, a uma consagração rênligiosa verossímel em si mesma — Clódio não procedeu

assim com a casa de Cícero exilado? — e, do outro, a um sistema de patronato que rodeava cada um desses personagens — líderes populares ou últimos senhores feudais — de clientelas originais, não completamente idênticas aos grupos esportulários da República clássica ainda que já tenham buscado trigo nessas casas-fortalezas. Onde crescia êsse grão? Como era êle conservado, vendido, distribuído? Encontraremos ainda outros problemas como o da alimentação dos camponeses do antigo Lácio. Uma inscrição recentemente descoberta em Lavínia, e excelentemente interpretada pela Senhorita M. Guarducci, manda oferecer a uma divindade — cujo nome, infelizmente, não é citado — alimentos cozinhados na marmitta (*aulicocta*) como refeição do meio-dia, aqui chamado Ceres, e, um alho-porro como refeição noturna, a *vespertina*. E, através dessa refeição divina, parece-nos entrever a de um modesto lar latino.

Sr. Administrador, meus caros Colegas, Minhas Senhoras, Meus Senhores, ao desenvolver estas duplas perspectivas, temo ter cedido a uma complacência excessiva pelos assuntos de pesquisa que me atraem. Não há, entretanto, projeto científico que não se modifique durante o seu desenvolvimento de modo que, se fôr preciso, eu saberei aceitar ser levado a conclusões diferentes das que previ.

Mas eu sinto sobretudo neste momento que, aquilo que constitui a célebre vantagem desta Casa — a possibilidade e ao mesmo tempo o dever de só se dedicar a pesquisas originais e, acima de tudo, a vizinhança dos colegas mais velhos, cada um deles mostre em sua própria disciplina e cuja competência traça de antemão limites para mim e estabelece o melhor dos contrôles — é, também, para o recém-chegado que deseja ser bem acolhido aqui, o melhor encorajamento. Oxalá possa eu aproveitar-me dos seus conselhos. Oxalá possa eu, ao fim da carreira que me parece começar entre êles, deixar a minha contribuição num empreendimento ao mesmo tempo internacional e ininterrupto, em que o mais belo dos riscos, depois de ter sido discutido ou corrigido, é ser, um dia, ultrapassado por novos progressos!

JEAN GAGE'
do Colégio de França.